

ISSN 1806-6445

v. 11 • n. 20 • jun./dez. 2014

sur
v

20

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO



CONECTAS
DIREITOS HUMANOS

CONSELHO EDITORIAL

Christof Heyns Universidade de Pretoria (África do Sul)
Emilio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)
Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyid Universidade do Cairo (Egito)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

EDITORES EXECUTIVOS

Maria Brant – Editora Executiva
Thiago Amparo – Editor Convidado
Luz González – Editora Assistente

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa, Ana Cernov, Conrado Hubner Mendes,
Glenda Mezarobba, Juana Kweitel, Laura Waisbich, Lucia Nader,
Luz González, Manoela Miklos, Maria Brant, Thiago Amparo

EDIÇÃO

Luz González, Thiago Amparo, Tânia Rodrigues

REVISÃO DE TRADUÇÕES

ESPAANHOL

Carolina Fairstein, Celina Lagrutta, Erika Sanchez Saez,
Josefina Cicconetti, Laia Fargas Fursa

PORTUGUÊS

Caio Borges, Erika Sanchez Saez, Renato Barreto, Marcela Vieira

INGLÊS

Murphy McMahon, Oliver Hudson, The Bernard and Audre Rapoport
Center for Human Rights and Justice
(University of Texas, Austin), Tina Amado

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

ARTE DA CAPA

Mariana Bernd

FOTOGRAFIA DA CAPA

Renato Stockler

CIRCULAÇÃO

Beatriz Kux

IMPRESSÃO

Yangraf Gráfica e Editora Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

Alejandro M. Garro Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)
Bertrand Badie Sciences-Po (França)
Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)
Daniel Mato CONICET / Universidade Nacional Tres de Febrero (Argentina)
Daniela Ikawa Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ellen Chapnick Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ernesto Garzon Valdes Universidade de Mainz (Alemanha)
Fateh Azzam Fundo Árabe para os Direitos Humanos (Líbano)
Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)
João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)
José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)
Juan Amaya Castro Universidade de Amsterdam (Países Baixos)/ Universidade para a Paz (Costa Rica)
Lucia Dammert Consórcio Global para a Transformação da Segurança (Chile)
Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)
Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Malak El-Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)
Maria Hermínia Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)
Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)
Mudar Kassis Universidade Birzeit (Palestina)
Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)
Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Victor Topanou Universidade Nacional do Benin (Benin)
Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <<http://conectas.org/pt/acoes/sur>>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); ISN Zurich (International Relations and Security Network); DOAJ (Directory of Open Access Journals) e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline, ProQuest e Scopus. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e A2 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

Direitos Humanos em Movimento

SUMÁRIO

| | | |
|--|------------|--|
| LUCIA NADER, JUANA KWEITEL, & MARCOS FUCHS | 7 | Apresentação |
| PERFIL DE PEDRO PAULO POPPOVIC | 11 | “Não criamos a Revista Sur porque tínhamos certezas, mas porque estávamos cheios de dúvidas” |
| MALAK EL-CHICHINI POPPOVIC E OSCAR VILHENA VIEIRA | 17 | Perspectivas sobre o movimento internacional de direitos humanos no século XXI: As respostas mudam |
| LINGUAGEM | | |
| SARA BURKE | 27 | O que uma época de protestos globais diz a respeito da eficácia dos direitos humanos como linguagem para alcançar mudanças sociais |
| VINODH JAICHAND | 37 | Após o estabelecimento de normas de direitos humanos, o que virá a seguir? |
| DAVID PETRASEK | 47 | Tendências globais e o futuro da defesa e promoção dos direitos humanos |
| SAMUEL MOYN | 61 | O futuro dos direitos humanos |
| STEPHEN HOPGOOD | 71 | Desafios para o Regime Global de Direitos Humanos: Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz para a mudança social? |
| EMILIO ÁLVAREZ ICAZA | 81 | Os direitos humanos como meio eficaz para produzir mudanças sociais |
| ENTREVISTA COM RAQUEL ROLNIK | 85 | Sistema de Procedimentos Especiais da ONU é “controlado para não ter efeito” |
| ENTREVISTA COM PAULO SÉRGIO PINHEIRO | 95 | “Fora dos direitos humanos não vejo solução para atender às vítimas” |
| ENTREVISTA COM KUMI NAIDOO | 101 | “O Estado de Direito consolidou todas as injustiças que existiam antes dele” |
| TEMAS | | |
| JANET LOVE | 109 | Estariamos despolitizando o poder econômico? A deliberada irresponsabilidade corporativa e a resposta burocrática dos defensores de direitos humanos |
| PHIL BLOOMER | 119 | Os direitos humanos são uma ferramenta eficaz para a mudança social?: Uma perspectiva sobre direitos humanos e empresas |
| GONZALO BERRÓN | 127 | Poder econômico, democracia e direitos humanos. Um novo debate internacional sobre direitos humanos e empresas |
| DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE | 137 | Problemas e desafios das organizações e redes de migrações e direitos humanos na Mesoamérica |
| GLORIA CAREAGA PÉREZ | 147 | A proteção dos direitos LGBTI, um panorama incerto |

ARVIND NARRAIN **155** Brasil, Índia, África do Sul:
Constituições transformadoras e seu papel nas lutas LGBT

SONIA CORRÊA **171** Potências emergentes: Seria a sexualidade e os direitos humanos um assunto secundário?

CLARA SANDOVAL **185** Justiça de transição e mudança social

PERSPECTIVAS

NICOLE FRITZ **197** Litígio em direitos humanos na África Austral: Dificuldades em rebater opinião pública prevalecente

MANDIRA SHARMA **205** Pondo as leis em funcionamento: Experiências do *Advocacy Forum* na prevenção da tortura no Nepal

MARIA LÚCIA DA SILVEIRA **219** Direitos humanos e mudanças sociais em Angola

SALVADOR NKAMATE **225** A luta pela afirmação dos direitos humanos em Moçambique: Os avanços e os retrocessos

HARIS AZHAR **233** A luta pelos direitos humanos na Indonésia: Avanços internacionais, impasses internos

HAN DONGFANG **243** Vislumbrando um futuro democrático na China

ANA VALÉRIA ARAÚJO **253** Desafios de sustentabilidade da agenda de direitos humanos no Brasil

MAGGIE BEIRNE **263** Estaríamos jogando fora o bebê com a água do banho? A dinâmica Norte-Sul na perspectiva do trabalho em direitos humanos na Irlanda do Norte

ENTREVISTA COM MARÍA-I. FAGUAGA IGLESIAS **271** "As particularidades de Cuba nem sempre são identificadas ou compreendidas pelos ativistas de direitos humanos de outros países"

VOZES

FATEH AZZAM **279** Por que devemos ter que "representar" alguém?

MARIO MELO **289** Vozes da selva no estrado da Corte Interamericana de Direitos Humanos

ADRIAN GURZA LAVALLE **299** ONGs, direitos humanos e representação

JUANA KWEITEL **311** Experimentação e inovação em matéria de prestação de contas nas organizações de direitos humanos da América Latina

PEDRO ABRAMOVAY E HELOISA GRIGGS **329** Minorias democráticas em democracias do século 21

JAMES RON, DAVID CROW E SHANNON GOLDEN **343** Familiaridade com direitos humanos e *status* socioeconômico: Um estudo sobre quatro países

CHRIS GROVE **363** Construindo um movimento global para tornar direitos humanos e justiça social uma realidade para todos

ENTREVISTA COM MARY LAWLOR E ANDREW ANDERSON **375** "O papel das organizações internacionais deve ser apoiar os defensores locais"

FERRAMENTAS

- | | | |
|---|------------|--|
| GASTÓN CHILLIER E PÉTALLA BRANDÃO TIMO | 385 | O movimento global de direitos humanos no século XXI: Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul |
| MARTIN KIRK | 397 | Sistemas, cérebros e lugares silenciosos: Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos |
| ROCHELLE JONES, SARAH ROSENHEK E ANNA TURLEY | 411 | Organização de "apoio ao movimento": A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID) |
| ANA PAULA HERNÁNDEZ | 423 | Apoiando organizações locais: O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México |
| MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ | 433 | Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva. Falemos de ferramentas |
| MALLIKA DUTT E NADIA RASUL | 441 | Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital |
| SOPHEAP CHAK | 453 | Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja |
| SANDRA CARVALHO E EDUARDO BAKER | 465 | Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos |
| ENTREVISTA COM FERNAND ALPHEN | 477 | "Desçam do pedestal" |
| ENTREVISTA COM MARY KALDOR | 485 | "As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras" |
| ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD | 491 | Convergência para o Centro Global: "Quem define a agenda global de direitos humanos e como" |

MULTIPOLARIDADE

- | | | |
|--|------------|---|
| LUCIA NADER | 499 | Organizações sólidas em um mundo líquido |
| KENNETH ROTH | 507 | Por que acolhemos parcerias em direitos humanos |
| CÉSAR RODRÍGUEZ-GARAVITO | 515 | O futuro dos direitos humanos: Do controle à simbiose |
| DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH E MANDEEP TIWANA | 529 | Rumo a uma sociedade civil multipolar |
| ENTREVISTA COM EMILIE M. HAFNER-BURTON | 537 | "Evitar o uso do poder seria devastador para os direitos humanos" |
| ENTREVISTA COM MARK MALLOCH-BROWN | 545 | "Hoje somos um mundo extremamente multipolar, mas não somente composto por Estados-nação" |
| ENTREVISTA COM SALIL SHETTY | 551 | "Organizações de direitos humanos devem colocar mais o pé no chão" ou como perdemos o bonde |
| ENTREVISTA COM LOUISE ARBOUR | 559 | "A solidariedade Norte-Sul é fundamental" |

APRESENTAÇÃO



DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO: UM MAPA PARA O FUTURO DE UM MOVIMENTO

Lucia Nader (Diretora Executiva, Conectas)
Juana Kweitel (Diretora de Programas, Conectas)
Marcos Fuchs (Diretor Adjunto, Conectas)

A **Revista Sur** foi criada há dez anos como um veículo para aprofundar e fortalecer os vínculos entre acadêmicos e ativistas do Sul Global interessados em direitos humanos, com o objetivo de amplificar suas vozes e sua participação em organizações internacionais e debates acadêmicos. Nossa principal motivação era o fato de que, especialmente no Hemisfério Sul, os acadêmicos estavam trabalhando sozinhos e havia pouquíssimo intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países. O objetivo da revista tem sido proporcionar aos indivíduos e organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, pesquisas, análises e estudos de caso que aliem rigor acadêmico e questões de interesse prático. Estas metas ambiciosas foram atingidas com êxito, de diversas maneiras: na última década, publicamos artigos de dezenas de países sobre questões tão diversas como saúde e acesso ao tratamento médico, justiça transicional, mecanismos regionais e informação e direitos humanos, para citar alguns exemplos. Publicado em três idiomas e disponível gratuitamente on-line e impresso, nosso projeto também continua a ser o único em termos de alcance geográfico, perspectiva crítica e por seu 'sotaque' do Sul. Em homenagem ao editor fundador da revista, **Pedro Paulo Poppovic**, este 20º número conta em sua abertura com uma biografia (escrita por João Paulo Charleaux) deste sociólogo que tem sido um dos principais responsáveis pelo sucesso desta publicação.

Em diversos aspectos, esta última década também foi um sucesso para o movimento de direitos humanos como um todo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos recentemente, novos tratados internacionais foram adotados e os antigos, mas bons sistemas globais e regionais de monitoramento estão em pleno funcionamento, apesar das críticas em relação à sua eficácia e as tentativas por parte dos Estados de coibir seus poderes. A partir de uma perspectiva estratégica, continuamos a usar, com certo sucesso, *advocacy*, litígio estratégico e estratégias de nomear e envergonhar (*'naming and shaming'*) como nossas principais ferramentas de mudança. Além disso, continuamos a cultivar parcerias entre as organizações que classificamos como locais, nacionais e internacionais dentro do movimento.

No entanto, as **coordenadas políticas e geográficas**, nas quais o movimento global de direitos humanos tem operado, têm sofrido profundas alterações. Ao longo da última década, presenciamos a tomada das ruas por centenas de milhares de pessoas para protestar contra injustiças sociais e políticas. Vimos também as potências emergentes do Sul desempenharem um papel cada vez mais influente na definição da agenda global de direitos humanos. Ademais, nos últimos dez anos temos visto o rápido crescimento das redes sociais como ferramenta de mobilização e como um fórum privilegiado para o compartilhamento de informações políticas entre os usuários.

Em outras palavras, a Revista publica seu 20º número em um cenário bastante diferente daquele de dez anos atrás. Os protestos que recentemente encheram as ruas de muitos países ao redor do mundo, por exemplo, não foram organizados por movimentos sociais tradicionais, nem por sindicatos ou ONGs de direitos humanos, e as demandas das pessoas foram frequentemente expressas em termos de justiça social e não de direitos. Isto quer dizer que os direitos humanos não são mais vistos como uma linguagem eficaz à produção de mudança social? Ou que as organizações de direitos humanos têm perdido parte de sua capacidade de representar os cidadãos injustiçados? As próprias potências emergentes, apesar de sua influência internacional recém-adquirida, dificilmente foram capazes - ou tiveram vontade - de assumir posições que diferem substancialmente daquelas adotadas pelas potências "tradicionais". Como e onde as organizações de direitos humanos defendem mudanças? As ONGs sediadas no Sul estão em uma posição privilegiada para fazer isso? As ONGs com sede nas potências emergentes também têm ganhando influência em fóruns internacionais?

Precisamente com o intuito de refletir sobre estas e outras questões prementes, os editores da SUR decidiram contar, no presente 20º número, com a ajuda de mais de 50 ativistas de direitos humanos de renome e acadêmicos de 18 países, do Equador ao Nepal, da China aos EUA. Pedimos que eles refletissem sobre o que consideramos algumas das questões mais urgentes e relevantes enfrentadas pelo movimento global de direitos humanos na atualidade: 1. Quem representamos? 2. Como podemos combinar questões urgentes com impactos a longo prazo? 3. Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz à produção de mudança social? 4. Como as novas tecnologias de informação e comunicação têm influenciado o ativismo? 5. Quais são os desafios de trabalhar internacionalmente a partir do Sul?

O resultado, que agora você tem em suas mãos, é um mapa para o movimento global de direitos humanos no século 21 - que oferece um ponto de vista excepcional do qual é possível observar onde o movimento está na atualidade e para onde ele está caminhando. A primeira parada neste roteiro é uma reflexão sobre essas questões por parte dos diretores fundadores da Conectas Direitos Humanos, **Oscar Vilhena Vieira e**

Malak El-Chichini Poppovic. O roteiro continua sua jornada e inclui entrevistas e artigos, ambos fornecendo análises em profundidade sobre as questões de direitos humanos, bem como notas de campo, descrições mais personalizadas de experiências de trabalho com direitos humanos, que organizamos em seis categorias, embora a maioria delas poderia, sem dúvida, ser alocada em mais de uma categoria:

Linguagem. Nesta seção, incluímos artigos que refletem sobre a questão se os direitos humanos - como utopia, normas e instituições - ainda são eficazes à produção de mudanças sociais. Nesta seção, as contribuições variam de análises sobre os direitos humanos como uma linguagem à mudança (**Stephen Hopgood e Paulo Sérgio Pinheiro**), pesquisas empíricas sobre o uso da linguagem de direitos humanos para articular queixas em grandes protestos recentes (**Sara Burke**), a reflexões sobre o papel normativo e eficácia das instituições internacionais de direitos humanos (**Raquel Rolnik, Vinodh Jaichand e Emilio Álvarez Icaza**). A seção também conta com estudos sobre as tendências globais da evolução do movimento (**David Petrasek**), desafios à ênfase do movimento na proteção do Estado de Direito (**Kumi Naidoo**) e propostas estratégicas para melhor garantir um compromisso entre utopia e realismo em relação aos direitos humanos (**Samuel Moyn**).

Temas. Nesta seção incluímos contribuições que abordam temas específicos de direitos humanos de um ponto de vista original e crítico. Quatro temas foram analisados: poder econômico e responsabilidade corporativa por violações de direitos humanos (**Phil Bloomer, Janet Love e Gonzalo Berrón**); políticas sexuais e direitos LGBTI (**Sonia Corrêa, Gloria Careaga Pérez e Arvind Narrain**); migração (**Diego Lorente Pérez de Eulate**); e, por último, justiça de transição (**Clara Sandoval**).

Perspectivas. Esta seção abrange temas específicos de cada país, principalmente notas de ativistas de direitos humanos em campo. Essas contribuições vêm de diversos locais como Angola (**Maria Lúcia da Silveira**), Brasil (**Ana Valéria Araújo**), Cuba (**María-I. Faguaga Iglesias**), Indonésia (**Haris Azhar**), Moçambique (**Salvador Nkamate**) e Nepal (**Mandira Sharma**). Mas todas compartilham uma perspectiva crítica sobre os direitos humanos, incluindo, por exemplo, uma visão cética sobre a relação entre o litígio e a opin-

ião pública na África do Sul (**Nicole Fritz**), uma visão provocativa sobre o futuro democrático da China e sua relação com os direitos trabalhistas (**Han Dongfang**), e uma análise instigante da dualidade Norte-Sul a partir da Irlanda do Norte (**Maggie Beirne**).

Vozes. Nesta seção, os artigos abordam o cerne da questão de quem o movimento mundial de direitos humanos representa. **Adrian Gurza Lavalle** e **Juana Kweitel** destacam a pluralização da representação e formas inovadoras de responsabilização adotadas por ONGs de direitos humanos. Outros autores estudam a pressão por mais representação ou uma voz mais forte nos mecanismos internacionais de direitos humanos (como no Sistema Interamericano, relatado por **Mario Melo**) e nas instituições de representação, como legislaturas nacionais (analisadas por **Pedro Abramovay** e **Heloisa Griggs**). Por sua vez, **Chris Grove**, bem como **James Ron**, **David Crow** e **Shannon Golden** enfatizam, em suas contribuições, a necessidade de um link entre as ONGs de direitos humanos e grupos de base, incluindo populações economicamente desfavorecidas. Como contraponto, **Fateh Azzam** questiona a necessidade dos ativistas de direitos humanos representar alguém, discordando da crítica que as ONGs são excessivamente dependentes dos financiadores. Por fim, **Mary Lawlor** e **Andrew Anderson** descrevem os esforços feitos por uma organização do Norte para atender as necessidades dos defensores locais de direitos humanos como eles, e mais ninguém, as definem.

Ferramentas. Nesta seção, os editores incluíram contribuições que tratam dos instrumentos utilizados pelo movimento global de direitos humanos na realização de seu trabalho. Isso inclui um debate sobre o papel da tecnologia na promoção de mudanças (**Mallika Dutt** e **Nadia Rasul**, bem como **Sopheap Chak** e **Miguel Pulido Jiménez**) e perspectivas sobre os desafios das campanhas de direitos humanos, o que é analisado de forma provocativa por **Martin Kirk** e **Fernand Alphen** em suas respectivas contribuições. Outros artigos apontam à necessidade das organizações serem mais fundamentadas em contextos locais, como observado por **Ana Paula Hernández** em relação ao México, por **Louis Bickford** no que ele considera como uma convergência ao Centro Global, e, por fim, por **Rochelle Jones**, **Sarah Rosenhek** e **Anna Turley** em seu modelo de movimento de

apoio. Além disso, é destacado por **Mary Kaldor** que as ONGs não são o mesmo que a sociedade civil, propriamente dita. Ademais, ações de litígio e de atuação internacional são analisadas criticamente por **Sandra Carvalho** e **Eduardo Baker** tratando inclusive do dilema entre estratégias de longo e curto prazo no sistema interamericano. Por fim, **Gastón Chillier** e **Pétalla Brandão Timo** analisam a cooperação Sul-Sul do ponto de vista de uma ONG nacional de direitos humanos na Argentina.

Multipolaridade. Nesta seção, os artigos desafiam nossas formas de pensar sobre poder no mundo multipolar em que vivemos atualmente, com contribuições dos diretores de algumas das maiores organizações internacionais de direitos humanos de todo o mundo com sede no Norte (**Kenneth Roth** e **Salil Shetty**) e no Sul (**Lucia Nader**, **César Rodríguez-Garavito**, **Dhananjayan Sriskandarajah** e **Mandeep Tiwana**). Esta seção também discute o que significa multipolaridade em relação aos Estados (**Emilie M. Hafner-Burton**), organizações internacionais e da sociedade civil (**Louise Arbour**) e empresas (**Mark Malloch-Brown**).

Conectas espera que este número fomente o debate sobre o futuro do movimento global de direitos humanos no século 21, permitindo que ele se reinvente como é necessário para oferecer uma melhor proteção aos direitos humanos no terreno.

Gostaríamos de enfatizar que este número da Revista Sur só foi possível graças ao apoio da Fundação Ford, Open Society Foundations, Oak Foundation, Sigrid Rausing Trust, International Development Research Centre (IDRC, na sigla em inglês) e Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA, no original em inglês).

A Conectas Direitos Humanos é especialmente grata pela colaboração dos autores e da equipe da organização, especialmente de **Laura Dauden**, **João Paulo Brito** e **Laura Waisbich**. Também gostaríamos de agradecer a **Maria Brant** e **Manoela Miklos** por conceber este número e pela a realização da maioria das entrevistas, e a **Thiago Amparo** por se juntar à equipe editorial e tornar este número possível. Por fim, mas não menos importante, somos extremamente gratos a **Luz González** por seu incansável trabalho de edição das contribuições recebidas, e a **Ana Cernov** pela coordenação do processo editorial como um todo. Obrigado a todos e todas!



sur

Direitos Humanos em Movimento

Temas

JANET LOVE

Estariamos despolitizando o poder econômico?
A deliberada irresponsabilidade corporativa e a resposta burocrática dos defensores de direitos humanos

PHIL BLOOMER

Os direitos humanos são uma ferramenta eficaz para a mudança social? Uma perspectiva sobre direitos humanos e empresas

GONZALO BERRÓN

Poder econômico, democracia e direitos humanos.
Um novo debate internacional sobre direitos humanos e empresas

DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE

Problemas e desafios das organizações e redes de migrações e direitos humanos na Mesoamérica

GLORIA CAREAGA PÉREZ

A proteção dos direitos LGBTI, um panorama incerto

ARVIND NARRAIN

Brasil, Índia, África do Sul:
Constituições transformadoras e seu papel nas lutas LGBT

SONIA CORRÊA

Potências emergentes: Seria a sexualidade e os direitos humanos um assunto secundário?

CLARA SANDOVAL

Justiça de transição e mudança social



DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE

Diego Lorente Pérez de Eulate é graduado em direito e advogado do Estado espanhol, especializado em migração e asilo. Desde janeiro de 2013 é Diretor Geral do Centro de Direitos Humanos Fray Matías de Córdova, em Tapachula (Chiapas, México), na fronteira com a Guatemala. Também fez parte de organizações como SOS Racismo Madrid, Comissão Espanhola de Ajuda aos Refugiados (CEAR), Sin Fronteras IAP no México.

Email: direccion@cdhfraymatias.org

RESUMO

A partir de sua experiência com o tema migratório na Mesoamérica, o autor apresenta uma reflexão sobre a situação do movimento de direitos humanos dos migrantes na região, apontando desafios, críticas e propostas que almejam contribuir para o fortalecimento da luta social necessária para efetivar os direitos das pessoas migrantes e refugiadas.

Original em espanhol. Traduzido por Evandro Lisboa Freire.

Recebido em abril de 2014.

PALAVRAS-CHAVE

Migrações – Movimento de direitos humanos – Mesoamérica – Desafios à prática de direitos humanos – Migrantes – Refugiados – Organizações de migrantes – Redes de migrantes



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.

Este artigo está disponível *online* em <http://conectas.org/pt/acoes/sur>.

ENSAIO

PROBLEMAS E DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES E REDES DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS NA MESOAMÉRICA

Diego Lorente Pérez de Eulate

1 Introdução

Talvez seja muito pretensioso o título deste artigo. Abordar uma realidade organizacional e humana tão ampla como a ação social para as migrações na Mesoamérica possibilita que se incorra em generalizações, ainda mais em um âmbito no qual há grande número de projetos e processos em andamento nas diversas temáticas relacionadas aos direitos humanos das pessoas migrantes, nem todos bem conhecidos ou articulados entre si.

No entanto, creio que minha experiência nos últimos anos no âmbito das organizações e redes que trabalham com a realidade das pessoas migrantes no México e na América Central permite que eu comente algumas situações vividas e certos problemas que observo no funcionamento dessas entidades, resultantes do contexto social e político no qual se desenvolvem suas ações e suas dinâmicas internas. Portanto, este artigo descreve e analisa essas realidades, tanto as externas às organizações como aquelas vividas em seu interior, cuja interação marca a vida e os processos que vão desenvolvendo-se nesse complexo mundo das organizações dedicadas às migrações e aos direitos humanos.

Nesse sentido, considero importante mencionar primeiro minha experiência nesse âmbito, para que seja possível compreender melhor sob qual perspectiva e experiência foram escritas estas linhas e de onde surgem as análises e propostas que apresento. Já são mais de 15 anos dedicados a temas sociais e organizacionais, ao longo dos quais sempre estive debruçado sobre a realidade das migrações e dos direitos humanos. Sinto que as pessoas migrantes e as situações que vivenciam em seu transcorrer migratório constitui uma das realidades sociais em que a discriminação e a exclusão têm maior relevância e onde se produzem graves injustiças. Uma realidade na qual minha formação como advogado pode ser útil, uma vez que é possível se afastar da educação individualista e fechada recebida na faculdade de direito, pois permite promover o senso de justiça no tratamento

das pessoas migrantes em um âmbito no qual a exceção ao Estado de Direito torna-se a regra geral.

Foram 15 anos de trabalho divididos entre o Estado espanhol, em matérias ligadas à discriminação e ao racismo, e uma mudança de residência para a América Latina, em 2008, rumo a lugares como México e Guatemala, onde se vivem situações muito diferentes de discriminação em relação às pessoas migrantes e refugiadas, mas com dinâmicas que podem ser consideradas similares. Essa mudança me proporciona um olhar comparativo interessante para identificar desafios e propostas. São quase 7 anos nesta parte do mundo, onde tem sido muito intenso o contato com as redes de migração que desenvolvem seu trabalho principalmente no centro e no sul do México, na Guatemala, em El Salvador e em Honduras.

Sob um olhar crítico, mas sempre com a intenção de contribuir para o fortalecimento da luta social necessária para efetivar os direitos das pessoas migrantes e refugiadas, pude conhecer diversas organizações que trabalham com essa temática sob diferentes perspectivas, seja proporcionando apoio a pessoas migrantes em trânsito, migrantes assentados/as há anos e invisibilizados/as em seus locais de destino, ou migrantes obrigados/as à força a deixar suas comunidades e os efeitos que isso produz sobre eles/as.

Essa experiência possibilitou que eu observasse como são sempre fatores tanto internos como externos às organizações, estes últimos não vinculados ao seu trabalho, mas ao contexto em que se trabalha, aqueles que interagem e afetam o desenvolvimento de suas ações e seus projetos. Por isso, este artigo descreve a realidade que se vivencia na região considerando ambos os aspectos, sua interação em forma de desafios a enfrentar e, por fim, são apresentadas algumas propostas que seguem a mesma linha de não perder de vista ambos os fatores inter-relacionados entre si.

Desde o início, peço desculpas se alguém considerar que minhas reflexões incorrem em generalizações e imprecisões. É difícil conseguir abranger toda a realidade de projetos e processos existentes, devido à dispersão observada no mundo organizacional pró-migrante, onde há um número extremamente grande de projetos e processos que são conhecidos apenas em âmbitos muito limitados. Tenho enorme respeito e admiração por essas ações e pelas de todas as organizações. Ninguém pode duvidar de seu compromisso e sua dedicação, porém, creio que a autocrítica é, de fato, importante para evoluir em nossa causa.

2 Caracterização atual das organizações de migrações e direitos humanos no México e na América Central

2.1 Fatores externos que afetam o trabalho das organizações

Um fator que influi de modo essencial na vida das organizações dos direitos humanos, seja qual for a temática, é a imensa problemática que tentam enfrentar. É extremamente importante considerar esse elemento em contextos como o mesoamericano, cujos Estados são prejudicados por uma corrupção e impunidade que os afeta de modo estrutural.

Vive-se e trabalha-se em contextos nos quais não deixam de surgir problemáticas complexas e difíceis de abordar, que resultam de configurações estruturais que se desenvolvem de modo particular em cada contexto, ainda que sempre associadas à desigualdade crônica na distribuição da riqueza, à corrupção e à impunidade que imperam na ação das autoridades e à discriminação e ao racismo presentes em amplos setores das sociedades desses países.

Essa situação ocorre principalmente em matéria migratória, devido à forma como se desenvolvem as migrações na região e, devido ao seu caráter transversal em relação a outros problemas sociais que as afetam desde sua origem, na rota migratória, no local de destino ou quando a pessoa migrante retorna à força ou voluntariamente à sua comunidade de origem. Em minha opinião, as migrações forçadas geradas na América Latina constituem um dos exemplos mais claros de como vem se deteriorando a realidade social, econômica e política em nossos países, por causa de um modelo de desenvolvimento classista, antidemocrático, patriarcal e desigual em quase todas as suas expressões.

Enfrentar essa realidade social tão ampla e complexa, na qual tantos elementos e problemáticas vem interagindo, é um trabalho muitas vezes cansativo e desgastante. Não se vislumbra um final para a ação que se executa, pelo contrário, quanto mais ações são desenvolvidas, mais problemáticas devem ser abordadas. A frustração surge, então, como um fator a ser considerado e que explica, com frequência, como certos processos de ação social começam com muita força e acabam deteriorando-se e cansando aqueles que os promoveram. Esse impacto psicoemocional é um dos elementos internos que afetam as organizações, sendo causados também por fatores externos, e ao qual, no entanto, não se tem prestado muita atenção, o que desgasta as equipes de trabalho e as pessoas, em nível individual.

Enquanto as organizações se multiplicam para atender uma problemática social tão intensa, contando com recursos humanos sempre escassos e desgastados, surge como fator um lento, porém contínuo processo de deslegitimação de seu trabalho. Algumas notícias divulgadas nos meios de comunicação de massa criminalizam suas ações; erros, escândalos e casos de corrupção cometidos por alguns membros do movimento social; a tentativa de cooptação do setor social por parte de alguns partidos políticos, como ocorre no México; e a política de algumas instituições públicas no sentido de desprestigiar, recorrendo a diversos meios, aqueles que criticam suas políticas não foram suficientemente contra-atacadas pelas organizações afetadas e isso tem causado uma sensação de desconfiança e generalização na opinião pública em relação às organizações não governamentais. Em especial, sente-se esse preconceito nas pessoas mais jovens, com idades entre 15 e 25 anos, que, com frequência, expressam sentimentos de desprezo e desconfiança em relação ao movimento de direitos humanos e dúvidas acerca de sua finalidade social.

Expressões relativas à falta de transparência em nossas ações, desconfiança em relação aos processos que iniciamos, entre outros estigmas, são recorrentes nessa população, que são quem justamente poderia proporcionar o destaque que o compromisso social demanda. O trabalho e o compromisso exigidos para se

envolver com uma organização de direitos humanos, enfrentando realidades sociais tão complexas, muitas vezes nos isolam da maior parte da sociedade, sem que nosso esforço seja conhecido. Isso implica que, em uma sociedade como a nossa, na qual temos acesso à uma quantidade de informação nunca vista, porém de modo confuso, os preconceitos em relação à cultura organizacional dos direitos humanos vêm aumentando e impedem que se consolide uma base social para apoiar e promover nossas ações. Além de constituir um desprestígio que chega aos ouvidos dos agentes públicos e econômicos que teremos de enfrentar, isso afeta, principalmente, nossa capacidade de influência diante deles.

Um elemento externo que afeta o trabalho das organizações são as políticas e prioridades seguidas pelas entidades doadoras para apoiar nosso trabalho. Políticas que, com frequência, são decididas em espaços muito diferentes dos contextos nos quais as ações serão desenvolvidas, provocando a duplicação das ações e promovendo diferenças já existentes, por exemplo, entre organizações do centro e da periferia/província dos países. Essa situação gera relações de poder extremamente desiguais entre doadores e receptores e entre alguns receptores e os demais, o que influi, às vezes de modo decisivo, nos projetos que serão postos em andamento, apoiando à pessoas e organizações que nem sempre são as mais adequadas para lidar com a problemática social em questão.

Essa realidade gera uma concorrência excessiva para obter os recursos dos doadores, ainda mais nos dias de hoje, nos quais se destina cada vez menos dinheiro à luta social, o que, às vezes, impede uma articulação adequada. Uma realidade que afeta, principalmente, o mundo organizacional das migrações na Mesoamérica, já que as principais problemáticas as que se enfrenta, se desenvolvem em localidades distantes dos centros de poder. Trata-se de uma dispersão fatal para enfrentar contextos tão complexos e que aumenta o desprestígio sofrido pelas organizações sociais diante da sociedade como um todo.

Um último fator externo a considerar com bastante atenção, que vem tornando ainda mais complexa a ação das organizações de direitos humanos e das migrações, refere-se às ações de intimidação exercidas pelo Estado mais repressor e suas diversas manifestações, sejam regulares ou à margem da lei. Essa ameaça aos/às defensores/as de direitos das pessoas migrantes tem aumentado nos últimos anos devido à maior presença do tema nas agendas políticas, o que gerou maior interesse dos grupos de poder pelo tema, e a presença do crime organizado no contexto migratório, ao considerar a extorsão e o abuso de migrantes um negócio lucrativo.

Trata-se de um risco evidente causado, também, pelo envolvimento do crime organizado nas rotas migratórias, em conluio com um Estado corrupto por ação ou omissão, e devido ao fato de que os grupos com origem humanitária têm aumentado sua ação social e seu olhar político, indo além do assistencialismo. Essas circunstâncias levaram a agentes públicos e políticos que só enfocam o tema migratório sob uma perspectiva de controle e da inadequadamente denominada “segurança nacional”, para aumentar seus ataques aos/às defensores/as dos direitos dos migrantes, a fim de manter sua prevalência e *status* em suas zonas de ação, que coincidem com muitos passos da rota migratória em direção ao Norte.

2.2 Fatores internos que desgastam a sociedade civil organizada

Todos esses fatores externos à ação do movimento social estão muito presentes em todos aqueles que se dedicam ao tema migratório na Mesoamérica e têm seu correspondente reflexo e efeito no andamento interno das entidades sociais. Alguns já foram indicados, como o desgaste emocional, que se combina com outros fatores que decorrem de elementos mais internos e inerentes às dinâmicas de todo grupo humano que procura organizar-se, que menciono a seguir.

Em primeiro lugar, a intensidade já mencionada do contexto social e político no qual as migrações na região se desenvolvem não só torna mais complexa a definição de ações a adotar e seu desempenho, mas também faz com que as organizações vivam em uma constante saturação de suas agendas de trabalho. É muito difícil distinguir o urgente do importante, sem que se possa definir prioridades apropriadas no trabalho. Essa realidade coexiste com um movimento social como é o caso do pró-migrante, que se origina, em muitos casos, no assistencialismo baseado na caridade cristã. Isso marca fortemente o tipo de ações e análises realizadas por essas entidades no momento de abordar o contexto, ações que, com frequência, têm um sentido humanitário e de assistência social da emergência, ao invés de enfrentar as causas estruturais que estão por trás dos efeitos que provocam.

Um admirável compromisso de ajudar aqueles que precisam de apoio quando se encontram em trânsito ou em seu destino migratório, mas que não permite avançar em processos mais sustentáveis de defesa dos direitos humanos nem possibilita avançar em direção a um olhar mais político e integral do fenômeno migratório. Uma assistência humanitária que provoca, a longo prazo, uma frustração por não ter fim, o que gera uma mobilidade constante e significativa das pessoas que se dedicam a esse trabalho, exceto para aquelas pessoas associadas aos ministérios religiosos, que se mantêm apegadas à missão religiosa atribuída, mas sem dar muita atenção a sua situação emocional.

Essa falta de evolução e de um trabalho mais estruturado possui exceções importantes em alguns projetos de índole religiosa católica, que provêm de espaços religiosos mais politizados. No entanto, nessa Igreja mais política não se encontra com frequência grupos dedicados à defesa das pessoas migrantes, ao contrário do que pode ocorrer com outros temas dos direitos humanos. Essa diferença, junto com o olhar humanitário caritativo que prevalece em amplos setores pró-migrante, dificulta ainda mais o encurtamento da distância entre a luta pelos direitos das pessoas migrantes e o movimento de direitos humanos como um todo.

Essa circunstância é essencial para compreender a dimensão da resposta social que existe atualmente diante das problemáticas enfrentadas pelas pessoas migrantes e refugiadas. Não podemos esquecer, por exemplo, que as principais violações dos direitos dessas pessoas são cometidas, além disso, em zonas pouco conhecida de países como México, Guatemala, El Salvador e Honduras, por ser, habitualmente, núcleos populacionais de baixa densidade demográfica ou pouco conhecidos e acessíveis. São lugares onde, muitas vezes, o único grupo organizado e de vocação social é a Paróquia ou alguma outra comunidade religiosa.

Encontramos nessas zonas remotas grupos sociais com forte sentido

humanitário, geralmente ligados a alguma igreja, mas com pouca análise política e estratégica. Esses grupos humanitários se complementam com outros grupos que desenvolvem seu trabalho em organizações mais estruturadas, normalmente presentes nas capitais dos países ou em cidades de maior importância. Estas últimas entidades mais estruturadas aproveitam, em certas ocasiões, sua posição de poder, de acesso à informação e de contato com atores fundamentais para obter financiamentos importantes, apesar de trabalhar a distância da problemática migratória mais intensa.

Organizações onde impera mais uma lógica de execução de projetos e não de visão de processos, que costumam contar com pessoas que têm um alto grau de formação, às vezes provenientes da Academia, porém com pouca sensibilidade social e política. Pessoas oriundas de classes médias e altas, que investiram em capacitação para executar projetos e em formação acadêmica, porém que não trabalharam a questão do classismo no qual foram educadas e que, muitas vezes, estabelecem relações de poder desiguais, tanto com organizações localizadas “no terreno” como com as pessoas migrantes cujos direitos defendem.

Essa combinação de recursos humanos sem um olhar político reforçado, seja por sua origem humanitária, seja pela formação recebida, muitas vezes provoca no movimento pró-migrante da região um panorama de ações sem um propósito claro, sem análises políticas estruturais, com excessivo centralismo e sem um olhar estratégico de longo prazo, como creio ser necessário para abordar um tema tão complexo como o migratório. Esses fatores, com frequência, impedem que as ações que se executam possam incluir enfoques tão importantes como a perspectiva de gênero e o pleno respeito à diversidade étnico-cultural existente na Mesoamérica que, por sua vez, resulta em estratégias e ações que julgo incompletas e contraproducentes para o propósito de justiça que se almeja alcançar.

A pouca abertura para a crítica e autocritica daqueles que trabalham sob essa perspectiva e, em geral, daqueles que se dedicam aos temas sociais, por todo o trabalho e compromisso que investimos em nossas ações, impede, muitas vezes, uma análise fria dessa realidade, tirar lições aprendidas e corrigir os erros, o que acaba desvalorizando-nos diante de quem queremos influenciar, sejam agentes políticos ou a sociedade como um todo.

O acúmulo de elementos emocionais e pessoais presente nas organizações vão desgastando os projetos e processos e, por isso, também as pessoas que os promovem. Principalmente porque o olhar gerencial mostra-se limitado entre aqueles/as que lideram as organizações, mais acostumados/as com a gestão de projetos e a apostar mais em processos do que na gestão de recursos humanos. Isso provoca uma acentuada deterioração dentro das equipes, que quase sempre é enfrentada tarde demais, ou seja, quando as ações já estão em andamento e o trabalho em equipe ou em rede necessário para o sucesso não pôde materializar-se.

Há um desgaste particularmente emocional entre aqueles que, com frequência, deram tudo de si pensando que suas ações teriam um efeito mais significativo, e que os leva a frustração e a abandonar não só o trabalho social que vinha sendo desenvolvido, mas sua intenção de seguir trabalhando coletivamente em processos sociais. Um desgaste motivado pela falta de entendimento entre os grupos humanos que, por sua vez, decorre da diferença de experiência e da forma

de análise adotada para lidar com os problemas sociais. O que se soma ao temor provocado pelas ações intimidatórias exercidas pelo Estado ou pelo crime organizado nas pessoas defensoras.

Esse panorama torna-se mais complexo diante da falta de pessoas ou processos de defesa dos direitos humanos que possam servir como referência para aqueles que estão integrando-se às organizações sociais. Alguns referentes sociais que possam mostrar, por meio de seu desenvolvimento e sua história, uma proposta mais coletiva e integral de luta social. Não podemos ignorar o fato de que estamos em uma época da história na qual muitos referentes políticos que existiam no passado deixaram de existir, desgastaram-se até desaparecer ou tornaram-se anacrônicas. Isso ocorre em países como o México, onde o sistema político do Partido Revolucionário Institucional (PRI) cooptou, por muitos anos, o movimento social ou fez com que desaparecesse quando não seguiu suas diretrizes. O mesmo ocorreu na Guatemala ou em El Salvador, onde o conflito armado eliminou a maioria das pessoas que apresentavam propostas e, ao pôr fim aos acordos de paz, provocou uma desintegração das opções políticas progressivas, além de diversas tensões e desconfianças. Essa ruptura ou ausência de um tecido social mais comprometido gera uma falta de referências confiáveis, nas quais muitas pessoas das organizações possam inspirar-se para saber o caminho a seguir. Isso os leva a fixar sua referência em processos acadêmicos ou organizacionais sem um propósito social, onde abundam interesses pessoais por cima dos coletivos.

Apesar dos obstáculos e fatores indicados, nem tudo é negativo. Como em todo processo social e observando em uma perspectiva mais ampla, as organizações e redes pró-migrante vão, gradualmente, fortalecendo sua proposta política e suas redes sociais, assim como seu vínculo com o movimento de direitos humanos como um todo. Eles reforçam sua análise e, diante do risco, empenham-se em aumentar o custo político para aqueles que desejem atacá-los, ao mesmo tempo que ampliam sua perspectiva estratégica e política para abordar seu contexto de risco. Entretanto, a cada semana encontramos novas ameaças, que sempre fazem cambaleiar processos de defesa muito interessantes na região. A evolução da realidade migratória em localidades remotas, como já indicamos, não ajuda a diminuir esse risco ou a fortalecer o processo de formação política e estratégica no qual se encontra imerso o movimento social pró-migrante, mas vamos avançando devagarzinho.

Por fim, outro fator de extrema importância para explicar o contexto organizacional existente em matéria migratória é, muitas vezes, a ausência das próprias pessoas afetadas não só na liderança das organizações que defendem seus direitos, mas, também, sua total ausência dentro delas. A vulnerabilidade à qual são submetidas as pessoas que migram, seja em trânsito, em seu destino ou em sua origem, ao regressar, muitas vezes impede sua participação nos processos organizacionais. Os processos de organização social na região também ainda não estão bem preparados para incluir entre seus membros aqueles que se encontram longe de sua localidade de origem, e as diferenças culturais organizacionais e idiomáticas não ajudam a melhorar esse panorama.

Essa ausência afeta todos os processos de incidência iniciados, porque não permite que se contemple as sensações e experiências das pessoas mais afetadas

e seu olhar acerca das problemáticas que os afetam. Surge, assim, uma realidade particular em relação ao que ocorre em outros movimentos dos direitos humanos. As pessoas que, por solidariedade ou assistencialismo, defendem os direitos das pessoas migrantes são os protagonistas dos processos, e não as pessoas diretamente afetadas.

Ainda assim, também há avanços nos últimos anos nesse sentido, com o surgimento dos comitês de familiares de migrantes desaparecidos na América Central; o olhar mais integral acerca da realidade política de sua localidade de origem por parte das organizações de latinos/as nos EUA; organizações de pessoas deportadas ou de migrantes com deficiência gerada em sua rota migratória; ou a combatividade de organizações e redes de trabalhadoras do lar na América Latina, muitas delas compostas e lideradas por mulheres migrantes.

É importante seguir reforçando esse sujeito migrante que exige seus direitos, porque a realidade migratória torna-se cada vez mais complexa e gera cenários mais intensos de violações dos direitos humanos, afetando um número cada vez maior de pessoas. Isso é possível porque, apesar de suas dificuldades e vulnerabilidades, esses grupos conseguiram organizar-se e alcançar cada vez mais visibilidade. São processos organizacionais em formação, ainda frágeis em termos de liderança e olhar estratégico, mas que vêm proporcionando maior protagonismo, com seus acertos e erros, àqueles que são mais diretamente afetados/as pela migração forçada.

3 Propostas para abordar problemas e desafios nas organizações

O senso de autocritica e reflexão dos parágrafos anteriores deste artigo não almeja, de modo algum, levar à frustração ou a um sentimento de decepção, pelo contrário, decorre de reflexões que procuram pensar em formas e propostas que possibilitem lidar com maior eficácia com as realidades expostas e buscar ações e estratégias para melhorar o panorama associativo pró-migrante e refugiado/a na Mesoamérica. Por isso, não posso finalizar estas linhas sem converter as críticas anteriores em desafios a enfrentar, além de apresentar algumas propostas que poderiam, a partir de minha experiência, ajudar a fortalecer esse panorama.

Minha principal proposta, a que considero que dever ser sempre o primeiro passo quando se lida com uma realidade tão complexa, é dedicar maior esforço nas organizações e redes para reforçar sua análise político-estratégica da realidade migratória com que se trabalha, criando espaços para questionar com maior vigor as causas estruturais das problemáticas vivenciadas. Seria possível, assim, conseguir conferir uma ideologia às suas ações e propostas, com uma análise mais completa da realidade e mais próxima das causas estruturais que provocam, de fato, o fenômeno migratório.

Esse reforço analítico não costuma trazer mais do que benefícios se lembrarmos o que ocorreu em outros movimentos sociais, pois: fortaleceria as estratégias a desenvolver-se, proporcionando um sentido de mais longo prazo, o que reduz o desgaste e a frustração decorrentes do enfrentamento de realidades sociais e políticas tão complexas; melhoraria a sensação de pertença e de trabalho coletivo necessária para um trabalho em equipe real e complementar; tornaria o movimento pró-migrante mais próximo dos outros setores de defesa dos direitos

humanos, possibilitando que se encontre pontos comuns a partir dos quais trabalhem em conjunto; e reforçaria a segurança e a proteção dos/as defensores/as de direitos humanos e, conferindo-lhes mais ferramentas e redes de proteção contra ataques e ameaças sofridos em sua ação, por parte dos agentes do Estado ou atores à margem da lei.

Tendo em vista minha experiência, considero vantajoso quando se tornam maiores os espaços de análise e quando são adotadas estratégias de longo prazo e mais politizadas na ação social. Para isso, é necessário que as entidades sociais dediquem tempo no contexto intenso em que trabalham, para que tenham esses espaços de análise e formação interna, algo que não costuma ocorrer com frequência. Uma formação que não deve passar, necessariamente, por espaços formais, mas que deveria, em minha opinião, complementar-se com momentos de formação baseados na troca de experiências com organizações com mais prática na defesa de direitos humanos e que tenham membros mais experientes. Seriam construídas, assim, referências mais coletivas e comprometidas, às quais seriam voltadas as ações adotadas pelas organizações.

Se em algum tema mostra-se importante estimular esses intercâmbios, tanto pontuais como de longo prazo, acredito que é no mundo das migrações, por serem similares as dinâmicas discriminatórias vivenciadas pelas pessoas migrantes nas diversas partes da Mesoamérica, da América Latina e, em geral, do mundo inteiro. Além disso, com frequência, o trabalho é focado em apoiar as pessoas durante o trajeto, que um dia podem encontrar-se em uma zona e meses ou semanas mais tarde em outra localidade da região. A troca ajuda, igualmente, a superar visões por vezes muito localizadas do fenômeno migratório e a encontrar novamente pontos comuns de trabalho para reforçar a atuação em rede. Um trabalho articulado que sempre gera maior incidência e impacto diante dos atores políticos que tomam decisões fundamentais para a melhoria ou o agravamento da situação de direitos humanos das pessoas migrantes.

Essa ampliação de visões, redes e perspectivas é vital, segundo minha experiência, não só para aumentar a capacidade de resposta e impacto das ações das organizações sociais, mas, sobretudo, para que o discurso contido nessas ações se reflita nas causas e efeitos das migrações forçadas. Isso traria um olhar mais amplo a esse fenômeno social, em constante aumento por conta dos efeitos do modelo neoliberal, uma visão com enfoque pleno em direitos humanos, tão necessária para que não se incorra em soluções parciais ou incompletas, que não possibilitem a observação do sentido social e político que apresenta o fenômeno migratório.

Além disso, seriam gerados processos mais sustentáveis, nos quais se renovem com maior frequência as lideranças, ao contar com mais recursos humanos que apresentem maior capacidade e propostas políticas mais estáveis. Deve-se ter em mente que abordar processos sociais sob essa perspectiva será algo de compreensão mais complexa para a sociedade e, ainda, pelos próprios doadores. No entanto, se for possível explicar adequadamente a razão das migrações forçadas na região, poderá se conseguir uma base social mais robusta que apoie e compreenda nossas ações e convença os doadores e os agentes políticos acerca da necessidade de uma mudança de mentalidade e, com ela, de um modelo de desenvolvimento.

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ

Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN

Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E A. SCOTT DUPREE

Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

O advento das ações movidas no Sul para reparação por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND

Estratégias de litígio de interesse público para o avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY

A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO

Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar Cinco questões no campo dos direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY

Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM

Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE

Direito à educação e educação para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE

Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND

Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY

Parcerias entre Estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH

Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH

Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN

Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA

O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ

Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO

A atividade probatória perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN

Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE

O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE

Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA

Direitos humanos e justiça: Pesquisa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR

Plano de ação apresentado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE

O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO

Últimos avanços na justiça dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA

Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER

Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN

Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ

Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE

Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN

Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA E LEO ZWAAK

Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN

Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ

O papel das vítimas nos procedimentos perante o Tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA

O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE

Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD

Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO

Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER

Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI

O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA

A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES

A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN

Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS

Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

JUSTIÇA TRANSICIONAL

TARA URS

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

RAMONA VIJEYARASA

Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”: revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.

O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ

Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E STEPHANIE ERIN BREWER

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSA E DOMINGO LOVERA PARMO

Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

SESSENTA ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA

“Crianças muito más”: “Tortura indiana” e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E DAMIEN SHORT

A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS

KATHARINE DERDERIAN E LIESBETH SCHOCKAERT

Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE TODRYS

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos

SUR 11, v. 6, n. 11, Dez. 2009

VÍCTOR ABRAMOVICH

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

VIVIANA BOHÓRQUEZ
MONSALVE E JAVIER AGUIRRE
ROMÁN

As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos

DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA
E WEDERSON RUFINO DOS
SANTOS

Deficiência, Direitos Humanos
e Justiça

JULIETA LEMAITRE RIPOLL
O Amor em Tempos de Cólera:
Direitos LGBT na Colômbia

**DIREITOS ECONÔMICOS,
SOCIAIS E CULTURAIS**

MALCOLM LANGFORD
Judicialização dos Direitos
Econômicos, Sociais e Culturais
no Âmbito Nacional: Uma Análise
Socio-Jurídica

ANN BLYBERG
O Caso da Alocação Indevida:
Direitos Econômicos e Sociais e
Orçamento Público

ALDO CALIARI
Comércio, Investimento,
Financiamento e Direitos Humanos:
Avaliação e Estratégia

PATRICIA FEENEY
A Luta por Responsabilidade das
Empresas no Âmbito das Nações
Unidas e o Futuro da Agenda de
Advocacy

**COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS**

Entrevista com Rindai Chipfunde-
Vava, Diretora da Zimbabwe
Election Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio
Internacional de Direitos Humanos

SUR 12, v. 7, n. 12, Jun. 2010

SALIL SHETTY
Prefácio

FERNANDO BASCH ET AL.
A Eficácia do Sistema
Interamericano de Proteção
de Direitos Humanos: Uma
Abordagem Quantitativa sobre
seu Funcionamento e sobre o
Cumprimento de suas Decisões

RICHARD BOURNE
Commonwealth of Nations:

Estratégias Intergovernamentais
e Não-governamentais para a
Proteção dos Direitos Humanos em
uma Instituição Pós-colonial

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
DO MILÊNIO**

ANISTIA INTERNACIONAL
Combatendo a Exclusão: Por que os
Direitos Humanos São Essenciais
para os ODMs

VICTORIA TAULI-CORPUZ
Reflexões sobre o Papel do Forum
Permanente sobre Questões
Indígenas das Nações Unidas
em relação aos Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio

ALICIA ELY YAMIN
Rumo a uma Prestação de Contas
Transformadora: Uma Proposta
de Enfoque com base nos Direitos
Humanos para Dar Cumprimento às
Obrigações Relacionadas à Saúde
Materna

SARAH ZAIDI
Objetivo 6 do Desenvolvimento
do Milênio e o Direito à Saúde:
Contraditórios ou Complementares?

MARCOS A. ORELLANA
Mudança Climática e os Objetivos
de Desenvolvimento do Milênio:
O Direito ao Desenvolvimento,
Cooperação Internacional e o
Mecanismo de Desenvolvimento
Limpo

**RESPONSABILIDADE DAS
EMPRESAS**

LINDIWE KNUTSON
O Direito das Vítimas do *apartheid*
a Requerer Indenizações de
Corporações Multinacionais é
Finalmente Reconhecido por
Tribunais dos EUA?

DAVID BILCHITZ
O Marco Ruggie: Uma Proposta
Adequada para as Obrigações de
Direitos Humanos das Empresas?

SUR 13, v. 7, n. 13, Dez. 2010

GLENDA MEZAROBBA
Entre Reparações, Meias Verdades
e Impunidade: O Difícil Rompimento
com o Legado da Ditadura no Brasil

GERARDO ARCE ARCE
Forças Armadas, Comissão da
Verdade e Justiça Transicional no
Peru

**MECANISMOS REGIONAIS DE
DIREITOS HUMANOS**

FELIPE GONZÁLEZ
As Medidas de Urgência no
Sistema Interamericano de Direitos
Humanos

JUAN CARLOS GUTIÉRREZ E
SILVANO CANTÚ

A Restrição à Jurisdição Militar
nos Sistemas Internacionais de
Proteção dos Direitos Humanos

DEBRA LONG E LUKAS MUNTINGH
O Relator Especial Sobre Prisões e
Condições de Detenção na África e o
Comitê para Prevenção da Tortura
na África: Potencial para Sinergia ou
Inércia?

LUCYLINE NKATHA MURUNGI E
JACQUI GALLINETTI
O Papel das Cortes Sub-Regionais
no Sistema Africano de Direitos
Humanos

MAGNUS KILLANDER
Interpretação dos Tratados
Regionais de Direitos Humanos
ANTONIO M. CISNEROS
DE ALENCAR
Cooperação entre Sistemas Global
e Interamericano de Direitos
Humanos no Âmbito do Mecanismo
de Revisão Periódica Universal

IN MEMORIAM
Kevin Boyle – Um Elo Forte na
Corrente Por Borislav Petranov

SUR 14, v. 8, n. 14, Jun. 2011

MAURÍCIO ALBARRACÍN
CABALLERO
Corte Constitucional e Movimentos
Sociais: O Reconhecimento Judicial
dos Direitos de Casais do Mesmo
Sexo na Colômbia

DANIEL VÁZQUEZ E DOMITILLE
DELAPLACE
Políticas Públicas na Perspectiva de
Direitos Humanos: Um Campo em
Construção

J. PAUL MARTIN
Educação em Direitos Humanos em
Comunidades em Recuperação Após
Grandes Crises Sociais: Lições para
o Haiti

**DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

LUIS FERNANDO ASTORGA
GATJENS
Análise do Artigo 33 da Convenção
da ONU: O Papel Crucial da Im-
plementação e do Monitoramento
Nacionais

LETÍCIA DE CAMPOS VELHO
MARTEL
Adaptação Razoável: O Novo
Conceito sob as Lentes de Uma
Gramática Constitucional Inclusiva

MARTA SCHAFF
Negociando Sexualidade na
Convenção de Direitos das Pessoas
com Deficiência

TOBIAS PIETER VAN REENEN E
HELÉNE COMBRINCK

A Convenção da ONU sobre
os Direitos das Pessoas com
Deficiência na África: Avanços 5
Anos Depois

STELLA C. REICHER

Diversidade Humana e Assimetrias:
Uma Releitura do Contrato Social
sob a Ótica das Capacidades

PETER LUCAS

A Porta Aberta: Cinco Filmes
que Marcaram e Fundaram as
Representações dos Direitos
Humanos para Pessoas com
Deficiência

LUIS GALLEGOS CHIRIBOGA

Entrevista com Luis Gallegos
Chiriboga, Presidente (2002-2005)
do Comitê *Ad Hoc* que Elaborou a
Convenção Sobre os Direitos das
Pessoas com Deficiência

SUR 15, v. 8, n. 15, Dez. 2011

ZIBA MIR-HOSSEINI

Criminalização da Sexualidade: Leis
de *Zina* como Violência Contra as
Mulheres em Contextos Muçulmanos

LEANDRO MARTINS ZANITELLI

Corporações e Direitos Humanos:
O Debate Entre Voluntaristas
e Obrigacionistas e o Efeito
Solapador das Sanções

ENTREVISTA COM DENISE DORA

Responsável pelo Programa de
Direitos Humanos da Fundação Ford
no Brasil entre 2000 e 2011

IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL DAS DECISÕES DOS SISTEMAS REGIONAIS E INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

MARIA ISSAEVA,
IRINA SERGEEVA E MARIA
SUCHKOVA

Execução das Decisões da Corte
Europeia de Direitos Humanos
na Rússia: Avanços Recentes e
Desafios Atuais

CÁSSIA MARIA ROSATO E
LUDMILA CERQUEIRA
CORREIA

Caso *Damião Ximenes Lopes*:
Mudanças e Desafios Após a
Primeira Condenação do Brasil pela
Corte Interamericana de Direitos
Humanos

DAMIÁN A. GONZÁLEZ-
SALZBERG

A Implementação das Sentenças da
Corte Interamericana de Direitos
Humanos na Argentina: Uma
Análise do Vaivém Jurisprudencial
da Corte Suprema de Justiça da
Nação

MARCIA NINA BERNARDES

Sistema Interamericano de Direitos
Humanos como Esfera Pública
Transnacional: Aspectos Jurídicos
e Políticos da Implementação de
Decisões Internacionais

CADERNO ESPECIAL: CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS

A Construção de uma Organização
Internacional do/no Sul

SUR 16, v. 9, n. 16, Jun. 2012

PATRICIO GALELLA E CARLOS
ESPÓSITO

As *Entregas Extraordinárias*
na Luta Contra o Terrorismo.
Desaparecimentos Forçados?

BRIDGET CONLEY-ZILKIC

Desafios para Aqueles que
Trabalham na Área de Prevenção e
Resposta ao Genocídio

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS

MACHADO, JOSÉ RODRIGO
RODRIGUEZ, FLAVIO MARQUES
PROL, GABRIELA JUSTINO
DA SILVA, MARINA ZANATA
GANZAROLI E RENATA DO VALE
ELIAS

Disputando a Aplicação das Leis: A
Constitucionalidade da Lei Maria da
Penha nos Tribunais Brasileiros

SIMON M. WELDEHAIMANOT

A CADHP no Caso *Southern
Cameroon*

ANDRÉ LUIZ SICILIANO

O Papel da Universalização dos
Direitos Humanos e da Migração
na Formação da Nova Governança
Global

SEGURANÇA CIDADÃ E DIREITOS HUMANOS

GINO COSTA

Segurança Pública e Crime
Organizado Transnacional nas
Américas: Situação e Desafios no
Âmbito Interamericano

MANUEL TUFRÓ

Participação Cidadã, Segurança
Democrática e Conflito entre
Culturas Políticas. Primeiras
Observações sobre uma Experiência
na Cidade Autônoma de Buenos
Aires

CELS

A Agenda Atual de Segurança e
Direitos Humanos na Argentina.
Uma Análise do *Centro de Estudios
Legais y Sociales* (CELS)

PEDRO ABRAMOVAY

A Política de Drogas e *A Marcha da
Insensatez*

VISÕES SOBRE AS UNIDADES DE

POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS)
NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Rafael Dias – Pesquisador, Justiça
Global
José Marcelo Zacchi – Pesquisador-
associado do Instituto de Estudos
do Trabalho e Sociedade – IETS

SUR 17, v. 9, n. 17, dez. 2012

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS

CÉSAR RODRÍGUEZ GARAVITO,
JUANA KWEITEL E LAURA
TRAJBER WAISBICH

Desenvolvimento e Direitos
Humanos: Algumas Ideias para
Reiniciar o Debate

IRENE BIGLINO, CHRISTOPHE
GOLAY E IVONA TRUSCAN

A Contribuição dos Procedimentos
Especiais da ONU para o Diálogo
entre os Direitos Humanos e o
Desenvolvimento

LUIS CARLOS BUOB CONCHA

Direito à Água: Entendendo
seus Componentes Econômico,
Social e Cultural como Fatores de
Desenvolvimento para os Povos
Índigenas

ANDREA SCETTINI

Por um Novo Paradigma de
Proteção dos Direitos dos Povos
Índigenas: Uma Análise Crítica dos
Parâmetros Estabelecidos pela Corte
Interamericana de Direitos Humanos

SERGES ALAIN DJOYOU KAMGA
E SIYAMBONGA HELEBA

Crescimento Econômico pode
Traduzir-se em Acesso aos Direitos?
Desafios das Instituições da África
do Sul para que o Crescimento
Conduza a Melhores Padrões de
Vida

ENTREVISTA COM SHELDON
LEADER

Empresas Transnacionais
e Direitos Humanos

ALINE ALBUQUERQUE
E DABNEY EVANS

Direito à Saúde no Brasil: Um
Estudo sobre o Sistema de
Apresentação de Relatórios para
os Comitês de Monitoramento de
Tratados

LINDA DARKWA
E PHILIP ATTUQUAYEFIO

Matando Para Proteger? Guardas
da Terra, Subordinação do Estado e
Direitos Humanos em Gana

CRISTINA RÃDOI

A Resposta Ineficaz das
Organizações Internacionais em
Relação à Militarização da Vida das
Mulheres

CARLA DANTAS

Direito de Petição do Indivíduo no Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos

SUR 18, v. 10, n. 18, Jun. 2013

INFORMAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA

Aaron Swartz e as Batalhas pela Liberdade do Conhecimento

ALBERTO J. CERDA SILVA

Internet Freedom não é Suficiente: Para uma Internet Fundamentada nos Direitos Humanos

FERNANDA RIBEIRO ROSA

Inclusão Digital como Política Pública: Disputas no Campo dos Direitos Humanos

LAURA PAUTASSI

Monitoramento do Acesso à Informação a Partir dos Indicadores de Direitos Humanos

JO-MARIE BURT E CASEY CAGLEY

Acesso à Informação, Acesso à Justiça: Os Desafios da *Accountability* no Peru

MARISA VIEGAS E SILVA

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: Seis Anos Depois

JÉRÉMIE GILBERT

Direito à Terra como Direito Humano: Argumentos em prol de um Direito Específico à Terra

PÉTALLA BRANDÃO TIMO

Desenvolvimento à Custa de Violações: Impacto de Megaprojetos nos Direitos Humanos no Brasil

DANIEL W. LIANG WANG E OCTAVIO LUIZ MOTTA FERRAZ

Atendendo os mais Necessitados? Acesso à Justiça e o Papel dos Defensores e Promotores Públicos no Litígio Sobre Direito à Saúde na Cidade de São Paulo

OBONYE JONAS

Direitos Humanos, Extradicação e Pena de Morte: Reflexões Sobre o Impasse Entre Botsuana e África Do Sul

ANTONIO MOREIRA MAUÉS

Supralegalidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Interpretação Constitucional

SUR 19, v. 10, n. 18, DEZ.. 2013

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

DAVID PETRASEK

Novas potências, novas estratégias? Diplomacia em direitos humanos no século XXI

ADRIANA ERTHAL ABDENUR E DANILO MARCONDES DE SOUZA NETO

Cooperação brasileira para o desenvolvimento na África: Qual o papel da democracia e dos direitos humanos?

CARLOS CERDA DUEÑAS

Limites e avanços na incorporação de normas internacionais de direitos humanos no México a partir da reforma constitucional de 2011

ELISA MARA COIMBRA

Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Desafios à implementação das decisões da Corte no Brasil

CONOR FOLEY

A evolução da legitimidade das intervenções humanitárias

DEISY VENTURA

Saúde pública e política externa brasileira

CAMILA LISSA ASANO

Política externa e direitos humanos em países emergentes: Reflexões a partir do trabalho de uma organização do Sul Global

ENTREVISTA COM MAJA DARUWALA (CHRI) E SUSAN WILDING (CIVICUS)

A política externa das democracias emergentes: Qual o lugar dos direitos humanos? Um olhar sobre a Índia e a África do Sul

DAVID KINLEY

Encontrando liberdade na China: Direitos humanos na economia política

LAURA BETANCUR RESTREPO

A promoção e a proteção dos direitos humanos por meio de clínicas jurídicas e sua relação com os movimentos sociais: Conquistas e desafios no caso da objeção de consciência ao serviço militar obrigatório na Colômbia

ALEXANDRA LOPES DA COSTA

Inquisição contemporânea: Uma história de perseguição criminal, exposição da intimidade e violação de direitos no Brasil

ANA CRISTINA GONZÁLEZ VÉLEZ E VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE

Estudo de caso da Colômbia: Normas sobre aborto para fazer avançar a agenda do Programa de Ação do Cairo